



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
VEREADOR EDWILSON NEGREIROS

EDWILSON
NEGREIROS
O VEREADOR DO POVO

PROJETO DE LEI Nº _____/GVEDWN/CMPV/2021

Dep. Legislativo das Comissões
Fls nº _____
Assinatura _____

PROTOCOLO

Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº 4216/2021

Proj. de Lei Comp. nº _____

Resolução _____

Decreto Legislativo _____

Emenda _____

Data 05/07/21 Horário 13:20

"Dispõe acerca da inclusão dos servidores das entidades federais INCRA e INSS e da entidade estadual SEDAM-RO no rol do grupo prioritário na Campanha de Imunização do vírus SARS-CoV-2, COVID-19, e dá outras providências"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu Prefeito sanciono a presente lei:

Art. 1º. Dispõe acerca da inclusão dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia (SEDAM-RO) no rol do grupo prioritário na campanha de imunização do vírus SARS-CoV-2, COVID-19.

Parágrafo único. Do que se trata esta Lei será de responsabilidade do Executivo Municipal estabelecer todos os meios necessários para informar e imunizar os servidores dos órgãos citados no *caput* este artigo.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Porto Velho, 1º de julho de 2021.


Vereador EDWILSON NEGREIROS



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO
PODER LEGISLATIVO
VEREADOR EDWILSON NEGREIROS

EDWILSON
NEGREIROS
O VEREADOR DO POVO

JUSTIFICATIVA

Dep. Legislativo das Comissões
Fls nº 08
Assinatura [assinatura]

Dignos Pares, inevitável obtemperar que os servidores públicos do INCRA, INSS e SEDAM-RO, de todas as vertentes laborais, ao exercerem suas atividades profissionais, entram em contato com a população de forma direta e pessoal.

In casu, é dever do legislador ter como norte a Constituição Federal de 1988. Em particular, devemos levar sempre em consideração os Direitos Sociais previstos no artigo 6º de nossa Carta Magna e ter como base os Princípios Fundamentais previstos no artigo 1º do Título I, também de nossa Carta Maior.

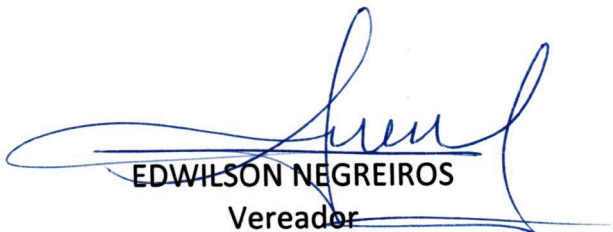
Ressalta-se, para tanto, que o atendimento à população de forma direta por agentes públicos se tornam os braços e as pernas do Poder Executivo. Ora, Nobres Pares, incontestável afirmar que a atividade de verificação de atendimento pessoal, perícias médicas e verificação de documentos é sim essencial, afinal de contas, fiscalizar é atividade primordial para que a União e o Estado forneça aos munícipes a cidadania no seu mais amplo espectro!

Obviamente são tomados todos os cuidados recomendados para que os riscos de serem infectados pelo COVID-19; todavia a inclusão desses servidores no grupo prioritário garantirá a eles a possibilidade de se verem preparados para enfrentar o atual estado de pandemia com maior segurança.

Diante do significado desta iniciativa, e por tratar-se de medida de longo alcance social, conto com o apoio de meus ilustres Pares para a sua aprovação

Desta maneira, de grande magnitude e relevância o presente Projeto de Lei.

Porto Velho/RO, 1º de julho de 2021.


EDWILSON NEGREIROS
Vereador